TC 027.194/2017-5

Tomada de contas especial

Fundo Nacional de Saúde (FNS)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), em razão da omissão no dever de prestar contas dos valores transferidos por meio do Convênio 2.902/2007 (Siafi 617264), celebrado com a Prefeitura Municipal de Duas Barras/RJ, para reforma do Hospital Municipal Antônio Carlos da Silva Monnerat. A avença previa repasse de recursos federais da ordem de R\$ 600.000,00, dos quais foram efetivamente transferidos R\$ 400.000,00, e o município deveria oferecer contrapartida de R\$ 20.500,00.

2. O relatório do tomador de contas aponta débito no valor integral repassado, sob a responsabilidade dos Srs. Luiz Carlos Botelho Lutterbach e Alex Rodrigues Leitão, sendo o primeiro o atual prefeito e também o ocupante do cargo entre 2009 e 2012, e o segundo quem exerceu o cargo entre 2013 e 2016.

3. A unidade técnica analisou os elementos contidos nos autos e procedeu à citação dos responsáveis, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos e do abandono da obra, bem como à audiência do Sr. Alex Rodrigues Leitão pela omissão identificada.

4. Apesar de devidamente notificados, conforme avisos de recebimentos nas peças 36, 45, 46 e 48, os responsáveis não compareceram aos autos para se defenderem, caracterizando-se a revelia, o que motivou proposta de julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito no valor histórico de R\$ 400.000,00 e aplicação de multa.

5. Com as vênias de estilo, dirirjo do encaminhamento sugerido, por entender necessária a adoção de medidas tendentes a confirmar a existência de dano no valor integral repassado.

6. De acordo com o último relatório de visita expedido, apenas 3,6% do total previsto tinha sido executado até 7/1/2014, encontrando-se a obra paralisada há cerca de um ano, com sinais de deterioração da pequena parcela implementada. Em relação às despesas efetuadas, há notícia de apenas um pagamento referente à 3ª medição realizada, no valor de R\$ 5.841,31, datado de 4/12/2012 (peça 16, p. 5).

7. Compulsando os autos, verifiquei que o extrato na peça 4 revela a ocorrência de dispêndios nos meses de julho, agosto e outubro de 2012, os quais, somados, alcançam o montante histórico de R\$ 60.734,08 (peça 4, p. 16, 17 e 19). O mesmo documento revela a existência de saldo de R\$ 556.262,54 na conta específica, em 11/3/2016, informação registrada no relatório do tomador de contas (peça 20, p. 5) e reproduzida na instrução inicial da Secex-TCE.

8. Tomando por base tais dados e levando-se em conta o prazo para apresentação da prestação de contas e os períodos de gestão de cada um dos responsáveis, verifica-se não ser adequado atribuir solidariedade quanto à integralidade da dívida aos ocupantes do cargo de prefeito de Duas Barras/RJ.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

9. A meu ver, a primeira providência a ser tomada é a realização de diligência a fim de confirmar se houve utilização do saldo existente na conta específica, ou se o montante lá permanece. Se o valor continuou sem movimentação, ainda é possível obter a devolução, de modo que subsistiria como débito a parcela correspondente à obra inacabada e deteriorada, sob a responsabilidade do Sr. Luiz Carlos Botelho Lutterbach, e a multa aplicável ao Sr. Alex Rodrigues Leitão, decorrente da omissão no dever de prestar contas no prazo fixado, vencido em 30/8/2015, ainda durante sua gestão.

10. Considerando que o Sr. Luiz Carlos Botelho Lutterbach voltou a assumir o cargo em 2017, torna-se ainda mais fácil a adoção de medida com vistas à devolução do valor eventualmente ainda disponível na conta específica. A obtenção de informações mais recentes sobre a conta bancária permitirá também identificar movimentações posteriores a 11/3/2016, de forma a imputar corretamente a responsabilidade pela gestão dos recursos.

11. Caso se decida pela manutenção da proposta de encaminhamento ora em exame, há risco de imputar aos responsáveis débito correspondente a parcela de recursos não utilizada, pendente somente de devolução aos cofres do FNS.

12. Ante o exposto, este membro do Ministério Público de Contas propõe, preliminarmente, o retorno dos autos à unidade técnica para adoção das providências acima cogitadas, com vistas a viabilizar a correta quantificação do débito em análise nestes autos.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador